

A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL ENQUANTO PAÍS INTERMEDIÁRIO: A COOPERAÇÃO SUL-SUL COMO FERRAMENTA DE AÇÃO¹

Lucas Sampaio Ataliba²

RESUMO: Este artigo analisa de que forma o Brasil, na condição de país intermediário, busca se projetar internacionalmente e qual o papel desempenhado pela Cooperação Sul-Sul (CSS) prestada pelo país, bem como sua relação com o modelo de projeção econômica e transnacionalização de seu capital à luz dos paradigmas de desenvolvimento. Assim, revisita-se a classificação conceitual da Cooperação Técnica Internacional e contrasta-se com o modelo brasileiro em voga. Estes elementos são contextualizados frente à estratégia nacional de inserção internacional e busca-se relacionar de que forma a CSS é parte de um objetivo comum, além de averiguar em que medida a política externa brasileira tem sido exitosa ou não ao utilizar este artifício. Por fim, busca apresentar propostas para contornar possíveis limitações desse modelo.

Palavras-chaves: [Cooperação Sul-Sul], [Política Externa Brasileira], [Transnacionalização do capital nacional]

ABSTRACT: This paper examines how Brazil, as an intermediate country, seeks to project itself internationally and the role of South-South Cooperation provided by the country, as well as its relation to the model of economic projection and transnationalization of Brazilian capital in the light of development paradigms. Thus, revisits the conceptual classification of the International Technical Cooperation and contrasts with the Brazilian model in vogue. These elements are contextualized in face of the national strategy of international insertion and aims to ascertain how CCS is part of a common goal, plus to verify to what extent the Brazilian foreign policy has been successful or not by using this strategy, as well as presenting alternative proposals to circumvent possible limitations of this model.

Key-Words: [South-South Cooperation] [Brazilian Foreign Policy] [Transnationalization of Brazilian capital]

¹ Trabalho apresentado no Quinto Congresso Uruguaio de Ciência Política “Qué ciência política para qué democracia?”, organizado pela Associação Uruguaia de Ciência Política – AUCIP, 7 – 10 de Outubro de 2014.

² Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Para contatos, enviar e-mail para ataliba.lucas@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O fim da II Guerra Mundial reservou ao mundo um período de certo congelamento da Ordem Mundial em torno de duas grandes potências fora do eixo da Europa ocidental que foi o responsável pela Ordem mundial no século XIX, “novas potências”: os EUA e a URSS. O fim do maior conflito bélico da história da humanidade também reservou ao mundo o sepultamento dos grandes impérios coloniais e, com isso, o período de maior surgimento de Estados nacionais até então, com a descolonização asiática e em seguida a africana.

O efeito prático foi o surgimento de inúmeros Estados alocados na periferia do sistema e que buscavam alternativas para superação de anos de jugo em modelos de desenvolvimento e inserção minimamente alheios à clivagem leste-oeste imposta pela guerra fria. Neste ensejo, algumas iniciativas merecem destaque pela abordagem ainda embrionária de questões que amadureceriam e fortaleceriam o pleito desses países ao longo do tempo, como a Conferência de Bandung em 1955, a Conferência de Belgrado em 1961 e a criação do Movimento dos Não Alinhados, a criação da UNCTAD em 1964, bem como a criação do G77. Essas iniciativas podem ser elencadas como originárias de uma tentativa dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento - à época todos sob a alcunha de “terceiro mundo”, em alusão à definição de 1952 do demógrafo francês Alfred Sauvy - de contrabalancear a polarização do mundo no condomínio de poder entre EUA e URSS, bem como buscar soluções endógenas para o desenvolvimento.

A despeito da importância desses movimentos e de sua evolução ao longo do tempo, é possível dizer que a guerra fria, em certa medida, restringia sobremaneira a ação internacional dos Estados situados na periferia do sistema a ponto de não os permitir executar uma política externa completamente independente e alheia ao conflito presente no centro. Com o fim da guerra fria, a ordem internacional passou por profundas transformações, as quais redefiniram não apenas os esquemas de distribuição de poder, mas também a natureza dos vínculos estabelecidos entre os atores do sistema, os seus padrões de atuação e as suas formas de composição e articulação. O fim da ordem bipolar engendrou novas ideias, novas esperanças e novas percepções, especialmente para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Com efeito, o mundo pós-guerra fria mostrou a vitória do modelo norte-americano, mas não isento de perdas. O mundo da década de 1990 mostrou-se menos propenso a aceitar uma hegemonia uníssona, muito embora tenha se tornado uma ordem unipolar centrada nos EUA; uma ordem em transição. À instável e anômala ordem unipolar paulatinamente agregou-se um modelo de governança global, com crescente ênfase no multilateralismo e papel mais proeminente de Estados em desenvolvimento, organizações internacionais, empresas transnacionais, organizações

não governamentais, sociedade civil transnacional e até mesmo a transnacionalização das burocracias estatais, tornando-a uma complexa rede (IKENBERRY, 2011). O efeito desse modelo foi, em certa medida, contrabalancear o poder central e tentar transformar as relações internacionais em uma ordem mais democrática - minando gradualmente as assimetrias de poder -, enfim, implementando um modelo de governança sincrética.

A governança sincrética do sistema internacional é multipolar, dirigida por grandes Estados, ao Ocidente e ao Oriente, ancorada em valores múltiplos e conduzida por coalizões graduais e afinidades eletivas. Move-se por meio de dinâmicas nas quais os interesses nacionais das novas potências - países emergentes - não se subordinam automaticamente às regras e normas do antigo G8. A governança sincrética é um sistema híbrido. O peso das velhas potências e dos órgãos econômicos como o FMI e o Banco Mundial é compartilhado com grupos de países tais como aqueles que compõem o BRICS (SARAIVA, 2012, p. 77). Ademais, há maior relevância dos organismos internacionais na gestão dos temas centrais do sistema internacional, bem como a inserção acentuada de novos atores, como as empresas transnacionais de países do Sul em amplo processo de internacionalização.

É a luz dessa estrutura do sistema internacional que devemos enxergar e analisar a inserção internacional dos países intermediários, como o Brasil. Os países intermediários deram forte ênfase ao multilateralismo, até mesmo como maneira de driblar os constrangimentos eventuais por parte das potências centrais e a falta de meio militares, baseando-se amplamente em instrumentos de *softpower* (NYE, 2004). Ademais, buscaram se projetar como os países defensores dos menos desenvolvidos, criadores de consenso e em busca de uma ordem menos assimétrica e com maior voz à parte austral do globo. De um modo geral, podemos classifica-los como *system-affecting-states* (KEOHANE, 1969), sendo países de capacidade relativamente limitada – potências regionais –, comparado às potências centrais, mas com perfil internacional incisivo, valorizando as arenas multilaterais e a ação coletiva entre os países similares de forma a angariar projeção, exercer alguma meta de poder e influenciar nos resultados internacionais.

No caso brasileiro, a inserção internacional pós-ordem bipolar coincidiu com um *aggiornamento* das prioridades da política externa após a redemocratização do país. A partir daí, percebe-se uma postura mais assertiva do Itamaraty em “quitar hipotecas históricas” (FONSECA JR, 1998), como a questão ambiental, os direitos humanos e o desarmamento, bem como garantir uma postura mais ativa nos foros internacionais e ampliando alianças bilaterais. Tal postura visava, especialmente, minimizar as limitações da falta de capacidade material e angariar “excedentes de poder” (LIMA, 2005); um forte instrumento de *softpower*.

Abaixo da linha do Equador, no entanto, a política exterior dos Estados emergentes nem sempre coincidem com a voz dos Estados mais fracos. Os primeiros querem avançar seus lugares na hierarquia internacional; os segundos assistem à corrosão elementar da capacidade de exercer a própria gestão das tensões sociais e nacionais e das políticas internas, bem como conciliar um modelo de desenvolvimento que minimize a usurpação de seus recursos naturais pelas potências centrais e até mesmo pelos emergentes. A incisiva busca para tornar-se um *global player* assentada em um forte discurso de líder do mundo em desenvolvimento encontrou suas limitações e, em certa medida, expôs as contradições desse projeto com a dificuldade/limitações desses Estados em arcarem com o “custo da liderança”. Contradições que também têm surgido no modelo de desenvolvimento apresentado pelos países emergentes aos próprios países do Sul e que têm causado dificuldades aos primeiros em manterem o discurso de diferenciarem-se do modelo de desenvolvimento Norte-Sul de outrora, focado especialmente numa relação assimétrica com fortes elementos de imperialismo e acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), modelo o qual tão contestado nas nações menos desenvolvidas.

O trabalho discorrerá quatro pontos que se inserem sob o guarda-chuva de uma mesma pergunta de pesquisa: como se dá a inserção do Brasil no sistema internacional do século XXI enquanto país intermediário e qual o papel da Cooperação Sul-Sul (CSS) neste processo? A argumentação é amparada na contribuição teórica / metodológica de alguns autores sobre a estrutura do sistema internacional, como as análises de sistema-mundo - em especial Wallerstein -, Robert Cox, Barry Buzan e Michael Mann. No que concerne às unidades de análise a serem abordadas, o presente trabalho instrumentaliza sua análise do macro para o micro e, de uma maneira geral, restringe a análise aos níveis do sistema internacional e das unidades (ver discussão dos níveis de análise em (BUZAN&LITTLE, 2000, p. 69). Ciente da complexidade do tema, este artigo não tem a pretensão de exaurir o assunto, senão de forma breve elucidar pontos considerados importantes para mostrar a posição brasileira no ambiente internacional e as possíveis alternativas de atuação, bem como de que maneira a cooperação sul-sul se adequa à política externa brasileira e qual seu papel. Os pontos a serem trabalhados são: a) enxergar a inserção do Brasil enquanto país intermediário no atual cenário internacional de governança sincrética; b) averiguar de que maneira a Cooperação Sul-Sul (CSS) tem auxiliado na inserção internacional do País a luz dos paradigmas de política externa; c) insere-se nesse ponto a discussão da CSS dentro da tese de que a inserção internacional brasileira se ampara no paradigma de Estado logístico e o suporte à transnacionalização do capital brasileiro (CERVO, 2008); d) e, por fim, examinar a reação do Estado brasileiro frente aos constrangimentos inerentes à decisão de adotar posturas de cooperação incompatíveis com a retórica.

O argumento central a ser desenvolvido é a de que a Cooperação Sul-Sul é uma ferramenta para a inserção internacional do Brasil para as áreas onde o País definiu como eminentemente de sua projeção: a América Latina - em especial a América do Sul - e a África, tentando angariar excedentes de poder e minimizar assimetrias de poder ante as potências centrais e adversidades usualmente limitadoras da influência de países emergentes. Assim, será argumentado que o atual comportamento brasileiro não é novo e justamente faz parte de uma postura crescentemente dual da política externa brasileira e que o Brasil deve trabalhar arduamente para evitar que a sinergia entre Estado e capital presente no paradigma logístico não descambe para uma predominância da influência do último, pois este tem a tendência de se espriar sob a égide de relações acentuadamente assimétricas, o que poderia prejudicar o País. O Brasil deve, sim, seguir o discurso de fomentar o desenvolvimento africano e latino-americano também com investimentos diretos - como se dá com a transnacionalização de suas empresas -, mas com cuidado para evitar acentuar problemas sociais internos e suscitar comparações com o modelo de desenvolvimento no padrão norte-sul. Caso o Brasil reproduza excessivamente o modelo de relações assimétricas e hierárquicas, ele incorrerá no risco de ver diminuída sua influência na área que considera como sua de projeção. A ideia sustentada é a de que o País, em termos de vantagens comparativas, seria preterido em favor das potências centrais ou mesmo de emergentes com maior capacidade de investimento, como China, haja vista que perderia seu maior diferencial: fomentar um desenvolvimento menos desigual e que possibilite aos países maior capacidade de gerir seu próprio desenvolvimento.

2. A INSERÇÃO INTERNACIONAL DE PAÍSES INTERMEDIÁRIOS - UMA DISCUSSÃO TEÓRICA.

Desde os primeiros esforços em tornar a análise de política externa como uma disciplina acadêmica já havia uma tentativa de determinar o comportamento das nações de acordo com certas características. James Rosenau (1966) faz isso particularmente bem ao prover uma ferramenta metodológica que tenta mapear o comportamento esperado de nações desenvolvidas ou subdesenvolvidas, diferenciando 5 tipos de variáveis (indivíduos, função, governo, sociedades e sistema) que atuam sob a ação externa dos países e relacionando-os à área, bem como ao comportamento político, levando a 16 tipos de sociedades para serem investigadas à luz de três áreas-tema para o pesquisador a depender do país analisado (ROSENAU, 1966. p. 169).

Embora desenvolvido com o intuito de auxiliar a construção de teorias no campo de análises de política externa e particularmente útil como um guia - não como uma ferramenta taxativa -, essa metodologia se mostra ligeiramente antiquada ao mundo contemporâneo, em especial por não fornecer alternativas a Estados que não mais englobam os desenvolvidos ou subdesenvolvidos, mas

sim, em parte, pertencem aos dois grupos: são os países intermediários. Mostra-se inadequada especialmente porque depende da conjuntura do sistema internacional - que a história mostra ser flexível ao passar do tempo. A relação dessas variáveis sistêmicas diz muito do comportamento dos atores no sistema internacional. Para tal, é imprescindível compreender a estruturação do sistema internacional contemporâneo.

O sistema internacional contemporâneo ergueu-se em conjunto com o desenvolvimento do capitalismo ao longo dos séculos. A associação entre capital e Estado foi primordial para atingirmos o atual estágio de interação entre as diversas unidades do sistema. Segundo a Teoria dos Sistemas-Mundo – da qual Wallerstein é um grande expoente –, o moderno sistema mundo tem explicação na acumulação primitiva e na apropriação desigual na formação da economia capitalista mundial quanto à acumulação diferenciada do excedente produtivo e comercial nos ciclos de expansão capitalista, promovendo uma divisão internacional do trabalho desequilibrada entre os Estados localizados no centro e os localizados na periferia.

A associação entre o Estado e o capital, neste modelo, é fundamental para que a divisão do trabalho entre as regiões seja manipulada pelos Estados nacionais mais fortes, de modo a garantir aos seus capitalistas locais o controle sobre as etapas dos processos produtivo e comercial que proporcionam a maior absorção do excedente gerado em uma cadeia mercantil, gerando um quase-monopólio das atividades no centro, enquanto na periferia, o processo produtivo costuma ser verdadeiramente competitivo; assim, quando ocorre as trocas comerciais, os produtos produzidos em situação mais competitiva na periferia se mostram em uma posição fraca frente aos produzidos em um ambiente de quase-monopólio do centro. Essa assimetria no controle das atividades produtivas e comerciais entre burguesias nacionais é continuamente reproduzida, na medida em que passa a operar uma força centrípeta de concentração do excedente nas mãos da burguesia do centro, através da distribuição desequilibrada das vantagens econômicas e, especialmente, pelas relações de força em que se confrontam as burguesias nacionais e seus respectivos Estados (ARIENTI&FILOMENO, 2007. p. 107).

Para Wallerstein, o papel de cada Estado é muito diferente no processo produtivo, dependendo do grau de presença de características do centro e da periferia presente em cada um. Os Estados fortes, que contêm uma presença desproporcional das características de centro, tendem a enfatizar seu papel em proteger suas burguesias; os estados fracos, que contêm uma desproporcional partilha do periférico processo produtivo, são usualmente incapazes de afetar substancialmente a divisão do internacional do trabalho – bem como o sistema-mundo como um todo – e, portanto, são forçados a aceitar sem contestação o que lhes são impostos pelos Estados e as burguesias das nações centrais (WALLERSTEIN, 2004).

Há outro ponto particularmente interessante abordado pelo autor que se torna crucial para entender a posição dos países intermediários no sistema contemporâneo. Segundo ele, os quase-monopólios estabelecidos pelo centro exaurem-se, de modo que o que hoje é parte do processo produtivo do centro no futuro será parte do processo produtivo da periferia. A histórica econômica mostra que, de fato, gradualmente a cadeia produtiva de determinado produto vai sendo transferida, primeiramente para os países intermediários (semiperiféricos) e posteriormente para os países periféricos. A globalização acentuou agressivamente esse processo, provocando uma forte alteração nas dinâmicas socioeconômicas, demográficas, urbanas e ambientais de vários países subdesenvolvidos (ver mais em SASSEN, 2008; SANTOS 2001). Com relação aos países intermediários, Wallerstein tem uma análise particularmente clara no que concerne ao comportamento dual usualmente atribuído a esses países:

“Os Estados semiperiféricos que possuem uma relativa mistura dos processos produtivos encontram-se na pior situação. Sob pressão dos estados centrais e pressionando os estados periféricos, a maior preocupação deles é manterem-se evitando escorregar para a periferia e fazer o que for possível para avançar à condição de centro. Não é fácil e ambas requerem uma considerável intervenção estatal com o mercado mundial. Esses estados semiperiféricos são os que aplicam mais agressivamente – e mais ostensivamente – as chamadas medidas protecionistas. Eles esperam assim “proteger” seus processos produtivos da competição de fortes empresas no exterior, enquanto tentam melhorar a eficiência de suas empresas internas a fim de que compitam melhor no mercado mundial. São grandes receptores da realocação dos principais produtos de outrora, que eles definem esses dias como alcançando “desenvolvimento econômico”. Neste esforço, a competição deles não vem dos estados centrais, mas sim de outros estados semiperiféricos, igualmente ansiosos para ser receptores da realocação, que não pode ir simultaneamente, no mesmo grau, para todos os aspirantes (WALLERSTEIN, 2004. p. 29-30)³

A maior presença dos estados intermediários pode ser entendida também como um prenúncio da erosão – uma transição hegemônica – lenta e gradual do ciclo sistêmico de acumulação capitaneado pela hegemonia norte-americana. Para Giovanni Arrigui, o ciclo sistêmico de acumulação é uma expansão contínua do moderno sistema-mundo, apontando para uma continuidade fundamental de alguns processos mundiais de acumulação de capital, mas também apresentando rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo dos séculos (ARRIGUI, 1996. p. 8). Na análise de Arrigui, cada ciclo teve sua existência

³Do original: *The semiperipheral states which have a relatively even mix of production processes find themselves in the most difficult situation. Under pressure from core states and putting pressure on peripheral states, their major concern is to keep themselves from slipping into the periphery and to do what they can do advance themselves toward to the core. Neither is easy, and both require considerable state interference with the world market. These semiperipheral states are the ones that put forward most aggressively and most publicly so-called protectionist policies. They hope thereby to “protect” theirs production processes from the competition of stronger firms outside, while trying to improve the efficiency of the firms inside so as to compete better in the world market. They are eager recipients of the relocation of erstwhile leading products, which they define these days as achieving “economic development”. In this effort, their competition comes not from the core states, but from other semiperipheral states, equally eager to be the recipients of relocation which cannot go to all the eager aspirants simultaneously and to the same degree.*

cimentada sob a hegemonia de um bloco ou comunidade de agentes governamentais e empresariais – a aliança entre Estado e capital.

Esses agentes hegemônicos governamentais e empresariais possuem estratégias combinadas de acumulação de capital em escala global, de concentração do excedente em novas atividades centrais, de constituição de novos centros e novas periferias, bem como de nova hegemonia no sistema interestatal. “Assim, o ciclo sistêmico de acumulação é o ciclo de vida desses agentes, de suas estruturas e estratégias que constroem, transformam e caracterizam cada estágio do desenvolvimento capitalista” (ARIENTI&FILOMENO, 2007. p. 119). Não passa de especulação a conjectura de ascensão dos países intermediários à liderança de um futuro ciclo de acumulação, no entanto, sob o arcabouço teórico de Arrigui, o próximo ciclo que está a caminho contaria necessariamente com a estreita relação entre Estado e capital, algo que os países intermediários têm copiado exemplarmente dos países centrais e replicado nos países periféricos. Ademais, têm se mostrado os países que mais crescem economicamente em termos percentuais, os que menos sofreram impactos da crise econômica global iniciada em 2008, com ótimas projeções para um futuro em médio prazo e, sobretudo, melhorando elementos que exacerbavam outras contradições internas, como a pobreza e demais indicadores sociais.

Uma forma de analisar a peculiaridade da inserção internacional dos países periféricos é também observá-la por setores e como esses setores, nos países periféricos, distinguem-se em peso e escopo em relação aos países centrais quando de seu uso no ambiente internacional. Embora haja certo receio de decompor a análise por setores – sob pena de deixar de observar o cenário holisticamente – tal artifício mostra-se usualmente útil para compreender a ação de alguns estados. Buzan e Little (2000), distinguem 5 setores comuns na análise de aspectos sociais no mundo: a) o setor militar; b) o setor político; c) o setor econômico; d) o setor “societal” ou sócio-cultural; e e) o setor ambiental. Segundo eles, o uso do artifício de decomposição em setores – singularmente ou em conjunto – tem a vantagem de permitir destacar um ponto particularmente influente sobre determinado processo, tornando mais fácil a percepção do peso daquele componente sobre o processo, bem como simplificar ou reduzir a complexidade, facilitando a análise (BUZAN&LITTLE, 2000. p.74) A capacidade de interação entre esses elementos compõem o processo que pode vir a alterar a estrutura.

Fazendo uso dessa ferramenta de análise, a teoria de Michael Mann provém valiosa contribuição ao decompor o poder em quatro vetores: a) o ideológico; b) o militar; c) o econômico; e d) o político. Para esse autor, tais elementos são autônomos e exercem pesos distintos em cada situação analisada. A busca pelo poder e o modelo de relacionamento entre os Estados estão assentadas sob esses quatro parâmetros e a interação entre eles é que demonstra a real capacidade

de participar/afetar o sistema por cada um. É possível estabelecer uma alegoria do modelo de inserção internacional de um país caracterizando-a sob um espectro da interação entre tais vetores, de modo que embora um possa se destacar o que mostra uma análise mais completa é a interação entre todos eles. Enquanto uma potência central teria altas capacidades de poder em praticamente todos os vetores – em que pese que isso não é uma regra para todos países centrais, mas sim deve ser analisado caso a caso –, uma potência intermediária apresentará certamente uma limitação em algum deles, ou mesmo a interação do conjunto não a possibilita alcançar o padrão de projeção de poder de um estado do centro.

O Brasil, por exemplo, tem uma conhecida limitação com relação à sua capacidade de projeção de poder militar; uma razoável capacidade de poder político; e apresenta uma limitada capacidade de influência econômica-comercial sobre o sistema que vem crescentemente tentando melhorar fazendo uso de sua alta capacidade de projeção de poder ideológico – que aqui também insere o que Buzan chama de societal ou sócio-cultural. A interação entre estes vetores é que demonstra a real capacidade de poder do País dentro do sistema. A seguir será visto de que forma o poder econômico-comercial tem sido ampliado no processo de transnacionalização do Estado brasileiro – bem como as ferramentas utilizadas para tal – à luz dos paradigmas de inserção internacional.

3. UMA DISCUSSÃO PARADIGMÁTICA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

O Estado logístico é uma definição de Amado Cervo para a característica da política externa brasileira que começa a emergir após a democratização, mas que se consolidaria especialmente a partir de 2003. Para esse autor, durante a década de 1990 o Brasil teve um perfil de política externa híbrido, com a coexistência de três tipos de paradigmas, o Estado desenvolvimentista, o Estado normal e o Estado logístico. De antemão, é importante ressaltar que a delimitação temporal é, em certa medida, pedagógica, para salientar o período em que o paradigma foi o modelo prevalecente na política exterior brasileira, e não como um limite inflexível. Para o propósito desse artigo, será enfatizado o Estado logístico, porém é oportuno explorar brevemente os demais paradigmas que explicam em grande parte o modelo de inserção internacional implementado pelo Estado brasileiro – e que compartilha muitos elementos com os demais países da América Latina.

O Estado desenvolvimentista foi um modelo de desenvolvimento estabelecido entre 1930 e 1989. Havia algumas características fundamentais à época que possibilitaram uma inflexão no formato de desenvolvimento buscado pelos países da América Latina e que, obviamente, refletiam na política externa. Os componentes teóricos desse modelo de inserção seriam: a) introduzir a

diplomacia econômica nas negociações externas; b) promover a indústria de modo a satisfazer as demandas da sociedade; c) transitar da subserviência à autonomia decisória com o fim de realizar ganhos recíprocos nas relações internacionais; d) implementar um projeto nacional de desenvolvimento assertivo tendo em vista superar desigualdades entre as nações; e) cimentar o nacionalismo econômico, emulando a conduta das grandes potências.

Assim, o perfil do paradigma do Estado logístico é caracterizado três componentes: a) consciência da transição; b) o desenvolvimento como vetor da política exterior; e c) realismo de conduta. Este novo perfil de desenvolvimento do Estado brasileiro confere nova funcionalidade para o setor externo, inventando o modelo de inserção internacional que tinha como escopo: a) realizar interesses de uma sociedade complexa; b) conceber o desenvolvimento como expansão da indústria; c) prover de eficiência a política exterior mediante autonomia decisória, cooperação externa, política de comércio exterior flexível e não doutrinária, subordinação da política de segurança, da guerra e da paz, aos fins econômicos e negociação simultânea com os grandes vizinhos. (CERVO, 2003. p.12).

Esse paradigma teve grande aporte teórico da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL – em que pese as contribuições do argentino Raul Prebisch, que foi seu presidente, com conceitos como centro-periferia, deterioração dos termos de troca e o lançamento da ideia de substituição de importações até a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado e os enfoques da teoria de dependência dos anos 1960 e 1970. O desenvolvimento passou a ter uma acepção de modo a contemplar especialmente duas variáveis: a industrialização e o crescimento econômico. Os impactos do paradigma desenvolvimentista sobre a formação nacional romperam com o modelo de dependência centrado no binômio centro-periferia, conceituado pelo pensamento estruturalista da matriz cepalina. (CERVO, 2003) Esse modelo foi útil na medida em que não buscou ser anti-sistêmico – sugeria mecanismo de superação de assimetrias internacionais navegando no próprio sistema capitalista –, evitando que tais países pudessem ser expurgados pelo centro do sistema, e orientou a política externa a preencher os requisitos desse desenvolvimento assim concebido, trazendo de fora três insumos em apoio aos esforços internos: capital complementar à poupança nacional, ciência e tecnologia e mercados externos, de modo a transitar da substituição de importações à substituição de mercados para exportações também, ampliando relações bilaterais e dinamizando o comércio exterior.

O Estado normal, existente entre 1990 a 2002, foi amplamente baseado na ideologia liberal e nas reformas neoliberais sugeridas como modelo de desenvolvimento para em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo após o Consenso de Washington em acordo com exigências das instituições financeiras internacionais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. A

ideia seria fomentar o desenvolvimento via reformas que diminuíssem o tamanho e funcionalidade do Estado e possibilitassem maior participação do capital. As determinações externas, portanto, ganham importância fundamental e proporcionam quase que uma adaptação forçada da política externa ao que passa a ser visto como “movimento inevitável”. Assim, estabeleceu-se um modelo de regionalismo aberto, em que havia uma simbiose entre a abertura ampla da economia – alegadamente imprescindível em razão da globalização – com a integração bilateral ou regional, assentada em acordos de preferência comercial, a fim de controlar eventuais efeitos negativos da abertura.

Nesse período, os países latino-americanos responderam com grande ímpeto ao discurso hegemônico da integração aos mercados globais, que vigorou a partir da segunda metade dos anos de 1980. O crescimento de suas importações sobre o PIB, que saltou de um patamar de 11% para 19% durante as duas últimas décadas do século XX, evidencia com clareza esse esforço de integração. Do lado econômico, como ponto claramente positivo do período, deve-se mencionar o controle dos processos hiperinflacionários na região, especialmente nos casos de Brasil, Argentina e Peru. Do lado social, no entanto, a forte inserção da região na lógica global acelerou a deterioração de seus indicadores. A população latino-americana abaixo da linha de pobreza evoluiu sucessivamente de 41% do total em 1980 (136 milhões de pessoas) para 43% em 2000 (207 milhões). Já o índice de população indigente crescia de 19% em 2001 para 20% em 2003. O aumento da pobreza, da indigência e da fome em muitas regiões da América Latina esteve atrelado à elevação dos níveis de desemprego e informalidade no mercado de trabalho – o que sadicamente também contribuiu para o controle da inflação. Em alguma medida, portanto, o período da década de 1990 e a implementação da lógica de integração de mercados e de regionalismo aberto, usualmente tratado como solução econômica, fomentou o mito do progresso, que não chegou para a maioria. (DUPAS, 2007)

Dentro de um espectro, é possível posicionar o paradigma normal como diametralmente oposto ao paradigma do Estado desenvolvimentista, especialmente no que concerne à função da política externa em fomentar o desenvolvimento. Conquanto no primeiro ela seja um instrumento imprescindível para o Estado em buscar esse desenvolvimento, no segundo ela se torna um instrumento quase que acessório da ação do Estado. O desenvolvimento se daria via econômica e fomentada pelo mercado. No entanto, durante sua fase de predominância na década de 1990, já se ensaiava o surgimento de outro paradigma que na visão de Amado Cervo se constituiria como prevalecente a partir de 2003, o Estado logístico, uma espécie de meio termo dentro do espectro. Nas palavras de Cervo, “a ideologia subjacente ao paradigma do Estado logístico associa o elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo brasileiro. Funda a doutrina clássica do capitalismo com o estruturalismo latino-americano.” (CERVO, 2003. p.21).

O Estado logístico é o Estado que tem por objetivo o fortalecimento da nação, uma vez que este passa a responsabilidade do papel de empreendedor à sociedade, ampara as operações externas e auxilia a inserção no sistema internacional, tendo sempre em vista o desenvolvimento nacional e a maximização das oportunidades oferecidas pelo sistema internacional. Seu foco é precisamente dar suporte logístico aos empreendimentos, público ou privado, mas preferencialmente o privado, de forma a robustecê-lo em termos comparativos internacionais. Ele põe em marcha dois componentes de conduta muito comum aos países centrais – e usualmente advogado pela corrente realista das Relações Internacionais: a construção de meios de poder e sua utilização para fazer valer vantagens comparativas, não mais as naturais, mas as de natureza intangível, como a ciência, a tecnologia e a capacidade empresarial. (CERVO, 2002; 2003, p.22; 2008. p.87)

Diferencia-se do paradigma desenvolvimentista ao transferir à sociedade as responsabilidades do Estado empresário; diferencia-se do normal na medida em que afiança ao Estado não apenas a função de prover a estabilidade econômica, mas a de secundar a sociedade na defesa de seus interesses, partindo do pressuposto de que isso não deve se dar meramente pelas leis do mercado. A política exterior volta-se, portanto, às realizações dos interesses nacionais diversificados: dos industriais, buscando mercados para comercialização de produtos de maior valor agregado e fomentando o desenvolvimento tecnológico; aos agricultores, combatendo subsídios e protecionismo no mercado internacional; dos trabalhadores, resguardando seu emprego, salário e condições de trabalho adequadas; dos consumidores, ampliando seu acesso à sociedade de bem-estar. O Estado logístico procura atenuar a dependência tecnológica e financeira, promovendo a inovação produtiva e a saída da condição de país demandante no sistema internacional; ou seja, restringir a vulnerabilidade internacional.

É uma simbiose entre o Estado e o capital, de forma que o primeiro mobiliza seu aparato institucional com a finalidade de oferecer melhores condições para a inserção internacional da economia brasileira ao garantir auxílio financeiro ao empresariado nacional no ambiente internacional. O Estado logístico assemelha-se em larga medida aos procedimentos dos governos dos países centrais, protegendo empresas, tecnologia e capitais de matriz nacional, estimulando seu fortalecimento interno e sua expansão global. Resguardado as devidas proporções, foi assim que se deu o estabelecimento dos impérios ao longo dos séculos – aliança entre capital e Estado – e da hegemonia norte-americana no século passado (ver ARRIGUI, 1996; WALLERSTEIN, 2004; HARVEY, 2004; IKENBERRY, 2011; MANN 2012); e como aparato institucional leia-se todo e qualquer instrumento disponível pelo Estado para lhe assegurar excedentes de poder e fazer valer a internacionalização de suas empresas e de seu modo produtivo e financeiro. No caso brasileiro, esse processo é capitaneado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES,

com apoio de suas empresas – públicas e privadas –, bem como de demais iniciativas estatais, onde se insere a Cooperação Sul-Sul a ser tratada posteriormente.

4. A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL ENQUANTO PAÍS INTERMEDIÁRIO

A partir da década de 1990 e a reestruturação da política externa pós-regime militar, o Brasil passou a ser visto como um líder regional – em que pese a liderança no processo de criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) – e uma potência intermediária. O país buscou distanciar-se do modelo de “autonomia pela distância” do regime militar e impor gradualmente o que ficou conhecido no governo FHC como a “autonomia pela integração” (VIGEVANI&OLIVEIRA&CINTRA, 2003). Buscou inserir-se na ordem pós-guerra fria aderindo aos regimes internacionais que outrora contrariava – como o ambiental, de direitos humanos e o de não proliferação de armas nucleares – num movimento de “quitação de hipotecas históricas” (FONSECA JR. 1998), bem como tentando responder agilmente ao modelo de integração que parecia inevitavelmente atingir a todos. O início do século XXI forneceu ao Brasil um cenário particularmente frutífero para que ele ampliasse sua presença internacional e cobiçasse uma posição de maior destaque. Com uma condição econômica e política estável, a partir do governo Lula da Silva (2003), o Brasil passou a tecer uma política externa “ativa e altiva”, nos termos do ex-chanceler Celso Amorim, procurando diversificar seu modo de atuação, suas parcerias, bem como âmbito de atuação. O período que se alcunhou de “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI&CEPALUNI, 2007) marcou uma incisiva busca brasileira por um papel de destaque no cenário internacional, enfim tornar-se um *key player*.

O Brasil definiu explicitamente que sua área de projeção era a América Latina – em especial a América do Sul – e a África – em especial a subsaariana, com ênfase no Atlântico Sul e países de língua portuguesa (Balanço de Política Externa 2003/2010-MRE de 2010; Estratégia de Defesa Nacional – EDN de 2012; II e III Política de Defesa Nacional – PDN de 2006 e 2012 respectivamente; Livro Branco de Defesa Nacional – LBDN de 2012) e estabeleceu alianças diversas amplamente ancoradas em seu *softpower*, desde que pudesse angariar excedentes político-diplomáticos e econômico-comerciais, em um claro exercício de “geometria variável” (VISENTINI, 2010). São exemplos o surgimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN); fóruns de articulação diversos como as Cúpulas América do Sul – África (ASA), América do Sul – Países Árabes (ASPA), América Latina e Caribe (CALC) o G20; grupos de concertação como IBAS, o BRICS; e até mesmo a criação de novas organizações regionais, como a União das Nações do Sul (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC).

No entanto, esse *high profile* desempenhado pelo país expôs algumas contradições típicas de países intermediários. Apesar de sua preeminência regional, o Brasil tem sido incapaz de traduzir os seus recursos estruturais e instrumentais em liderança eficaz. Seus potenciais seguidores não têm apoiado com naturalidade suas principais metas de política externa – até mesmo porque, na maioria das vezes, pressupõem o estabelecimento de uma hierarquia na região em detrimento das demais nações, como é o caso do pleito para a cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Assim, a despeito de sua liderança regional ter crescido no discurso, ela tem se mostrado pouco verificável na prática. O país tem logrado obter um papel de destaque no âmbito global, no entanto sua liderança regional é questionada, até mesmo por sua limitação de arcar com os custos da liderança, seja no processo de integração e estabilização da América Latina (MALAMUD, 2011) ou especialmente em assuntos de segurança (PAGLIARI, 2009; BERTONHA, 2010).

A dificuldade em consolidar a hegemonia regional não é privilégio do Brasil. É, na verdade, praticamente uma característica da inserção internacional de países intermediários, pois esses têm uma limitação, seja ela econômica, política, ideológica ou militar (MANN, 2012) em fazer impor sua liderança. O caso dos BRICS é um grande exemplo da confusa relação do papel regional-global desempenhado pelos países intermediários (HURREW, 2006).

O Brasil desenvolveu uma política externa dual na medida em que começou a agir como uma tímida fonte de estabilização na América Latina e como um poder assertivo no cenário global (MALAMOUD, 2013). Contudo, esse é apenas um dos aspectos onde essa dualidade se manifesta. Na região, a fim de evitar contestações e acusações de manter uma postura agressiva ou “imperialista” – o que desqualificaria o discurso essencial da política externa brasileira e o seu softpower em estabelecer relações menos hierarquizadas e assimétricas, e mais democráticas e promotoras da justiça social –, o País vende-se como um igual, ou no máximo, como um facilitador, mas dificilmente como um líder e menos ainda como um *hegemon*. Um exemplo dessa postura se dá especialmente nos temas ligados ao regionalismo: no discurso, apoio veemente; na prática, apoio pouco instrumental e, algumas vezes, essencialmente simbólico.

O Brasil evita absorver os custos da liderança da maneira que se esperaria de um real *hegemon*. Da mesma forma, a definição brasileira de área de projeção varia: é América do Sul quando quer construir uma área gerenciável além do perímetro econômico e de segurança dos EUA, mas pode virar América Latina quando há um pleito em âmbito global por um posto em uma organização internacional, por exemplo. Assim, quando percebe um vácuo de poder em uma área adjacente onde tem interesse e não vai sofrer constrangimentos, o Brasil passa a considerá-la como sua de projeção, como é o caso da América do Sul e mais recentemente do Atlântico Sul. O

dualismo da política externa brasileira tem colocado o país simultaneamente em vários tabuleiros e o obriga a articular interesses diversos - e muitas vezes opostos. (MALAMOUD, 2013. p. 176)

4.1 A COOPERAÇÃO SUL-SUL COMO ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL: ENTRE A DISCUSSÃO PARADIGMÁTICA E CONCEITUAL

Os motivos que levam um Estado a cooperar internacionalmente, segundo Matthew Fielden, não são baseados no princípio humanitário ou meramente de ajuda externa e subdividem-se em quatro hipóteses: a da força política, a da democracia e estabilidade política, a do desenvolvimento e performance e, por fim, a estratégica de defesa ou aspectos militares (FIELDEN *apud* PANASEVIC, 2013). No caso do Brasil, as três primeiras são particularmente interessantes.

A hipótese da força política presume que a ajuda externa é fornecida a fim de ganhar apoio. Assim, a cooperação é utilizada como uma ferramenta de diplomacia, permitindo aos países expandirem seu *soft power*. A hipótese da democracia e estabilidade política alega que a ajuda externa é fornecida aos países em desenvolvimento que atendem a determinados padrões de democracia e direitos humanos. A ideia é que os interesses e preferências são maleáveis e afetados pelas normas internacionais, assim, a fim de prever o comportamento de outros Estados, seria importante fazê-los obedecer às mesmas regras. A hipótese de desenvolvimento e performance defende que a ajuda deve ser garantida aos países que possuem as melhores possibilidades de desenvolvimento e projeção futura. Baseada no conceito neoliberal de governança global, sugere que a cooperação é uma ferramenta da tendência dos Estados de cooperar a fim de solucionar problemas fruto da interdependência e globalização (PANASEVIC, 2013. p. 41-45). Em alguma medida, todas as hipóteses acima podem servir para explicar o interesse brasileiro em cooperar, em especial na virada do milênio.

A Cooperação Sul-Sul prestada pelo Brasil se insere no arcabouço conceitual da Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CTPD), quase sinônima da expressão “cooperação horizontal”, que, por sua vez, também se assemelha ao termo Cooperação Técnica Internacional (CTI); sendo a CTPD um tipo de CTI. Para efeito do presente trabalho, evitar-se-á o termo cooperação horizontal, pois se entende como impreciso na medida em que a horizontalidade completa na cooperação não parece facilmente alcançável e, na verdade, beira a impossibilidade, uma vez que haverá quase sempre a tendência de se reproduzir – ainda que em menor escala – algum tipo de verticalidade na relação entre prestador e beneficiário, pois a cooperação parte do pressuposto que há alguém em condição de ajudar e outro ser ajudado, ou seja: inerentemente assimétrico. Já o termo cooperação Sul-Sul abrange um leque maior de postulações e atividades que vão além da Cooperação Técnica (CT) e tem significado oportuno para o presente trabalho,

pois normalmente “traduz também os esforços de coordenação diplomática dos países em desenvolvimento no âmbito das relações internacionais, sobretudo na esfera econômica” (IGLESIAS PUENTE, 2010. p.75).

A CTPD era definida pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), até alguns anos atrás, como uma cooperação entre países em desenvolvimento em que a implementação se dá em bases não comerciais, desprovida, portanto, de finalidades lucrativas e também desvinculada de condicionais políticas. Assim, no discurso oficial, ela está ancorada em um caráter ético, humanista e altruísta, que busca promover a justiça social e estabelecer laços profundos entre os países, salientando a solidariedade e a paz. É um modelo que busca respeitar os contextos sociais, culturais e institucionais vigentes nos países receptores e tenta, na medida do possível, dar ênfase à ótica da demanda dos parceiros e não à da oferta do provedor, assegurando maior horizontalidade à relação (IGLESIAS PUENTE, 2010).

Está eclipsado aqui, contudo, outro viés da CTPD que muito contribui para o seu real interesse: o geoestratégico, econômico e comercial. A possibilidade de angariar excedentes de poder a partir da ampliação da influência regional, por meio de um eficaz instrumento de *soft power* e que se distancia do caráter “intervencionista e exógeno” da cooperação tradicional. É nesse sentido que a CSS brasileira será analisada e essa é a vantagem comparativa do Brasil: a reprodução de um padrão diferenciado de cooperação desprovido dos caracteres mais “verticais” da cooperação norte-sul – com condicionantes políticas e econômicas ensejando um modelo exploratório –, ancorado em uma ideia de desenvolvimento mútuo, solidariedade e parceria.

Há alguns anos - pode-se dizer que mais claramente a partir do governo Dilma Rousseff – a ABC deixou de tentar minimiza-lo ou mesmo nega-lo. O Manual de Cooperação Técnica da ABC, lançado em 2013, já é assertivo ao dizer que um projeto de cooperação tem como etapa a análise de viabilidade e oportunidade de interesse para ambas as partes, em que pese à ênfase reiterada aos critérios já citados acima (ABC, 2013). A sensível mudança conceitual no entendimento da CTPD transparece uma prática que, na verdade, nunca deixou de estar embutida na prestação da cooperação. Em algumas oportunidades, a presidenta Dilma deixou claro à sua chancelaria que buscava mais “pragmatismo” e resultados. Essa mudança de orientação chegou a suscitar rumores sobre uma reestruturação da ABC que poderia leva-la até mesmo sair do âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e ir para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), indicando o notório interesse em atrelar cooperação internacional ao comércio e desenvolvimento, assim como o faz países como a China, por exemplo. No entanto, tal possibilidade foi afastada na ocasião do evento Diálogos de Política Externa, realizado nos meses de fevereiro, março e abril de 2014. De qualquer maneira, a diminuição do orçamento da ABC, que para 2014 é de R\$ 36 milhões – próximo ao que foi em 2005 e bastante inferior aos últimos anos do

governo Lula, que girava em torno de R\$ 50 milhões –, bem como a diminuição da ênfase em parcerias menos chamativas e maior autonomia à iniciativa privada salienta uma visão diferente, qual seja: a de buscar a intensificação comercial e o retorno econômico a partir da cooperação.

O Brasil claramente tem utilizado desse artifício para sua inserção internacional. Durante o governo Lula, houve um enorme aumento do orçamento da ABC, bem como a implementação de muitos projetos, especialmente com países da América Latina e África. O orçamento da ABC cresceu 371% no ano de 2005 em relação ao ano anterior (tabela 1), demonstrando claramente o grau de prioridade que tal estratégia ganhou durante o governo do presidente Lula da Silva. Quase diretamente proporcional foi também o crescimento do volume de comércio com muito dos principais países destinatários da CSS brasileira.

Tabela 1. Evolução do Orçamento da ABC⁴

Evolução do Orçamento da ABC (1995-2005)			
Ano	Orçamento da ABC em RS	Variação em RS	Variação percentual
1995	311.736,00	-	-
1996	332.648,00	20.912,00	6,7%
1997 ¹	970.000,00	637.352,00	191,6%
1998	706.950,00	-263.050,00	-27,1%
1999	497.320,00	-209.630,00	-29,7%
2000	543.574,08	46.254,08	9,3%
2001	467.800,00	-75.774,08	-13,9%
2002	4.651.200,00	4.183.400,00	894,3%
2003	4.500.000,00	-151.200,00	-3,3%
2004	7.999.914,06	3.499.914,06	77,8%
2005	37.729.900,00	29.729.985,94	371,6%

A despeito da clara conceptualização da ABC de Cooperação Sul-Sul e cooperação para o desenvolvimento – em que pese a atenção ao Plano de Ação de Buenos Aires (PABA)⁵ – pode-se dizer que os esforços brasileiros no âmbito da Cooperação Sul-Sul flexibilizam fortemente este limite semântico e não se restringem, de forma alguma, ao conceito, ao método e tampouco ao *modus operandis* depreendido da formulação da ABC. O Estado tem atuado em forte consonância com a iniciativa privada e a CSS tem se mostrado um instrumento particularmente útil para esse propósito, de modo que quando se pensa na necessidade de verificação dos esforços brasileiros no âmbito de projeção internacional – onde o sul global é definido como sua prioridade – é imperativo se levar em conta também esforços econômicos – sejam públicos ou privados –, comerciais,

⁴ Em IGLESIAS PUENTES, 2010. p 293

⁵ O Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), adotado na Conferência realizada na capital argentina no ano de 1978, foi o primeiro esforço coletivo de identificação e de sistematização das formas, modalidades e possibilidade de cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

culturais e etc. O relatório do IPEA Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional, publicado em dezembro de 2010, faz uma tentativa de compilar os esforços em âmbito institucional de todo o Executivo Federal realizados durante o período de 2005 – 2009. Para tal, o relatório já passa a definir a cooperação sul-sul de modo diferente, a saber:

A totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas.

A partir dessa definição, tem-se uma percepção ligeiramente melhor de todos os esforços que têm sido empreendidos pelo Governo Federal. Segundo o mesmo relatório, o valor total da cooperação entre o período mencionado foi de cerca de US\$ 1,6 bilhão. Porém, o referido levantamento contabiliza apenas dados de Assistência Humanitária, Bolsas de Estudo, Cooperação Técnica e Científica, contribuições a organismos internacionais e Operações de Paz; não há, portanto, uma tentativa de estimar os gastos econômicos que compõem os esforços de cooperação sul-sul, a ser tratada no tópico seguinte.

4.2 A TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL NACIONAL A PARTIR DA COOPERAÇÃO – O CASO DA DEFESA E DO AGROBUSINESS.

A internacionalização das empresas nacionais tem sido visto como uma forma de atenuar a vulnerabilidade externa das economias nacionais no cenário de crescente integração e globalização. Os Estados compraram o discurso de que a internacionalização das empresas é importante para assegurar e expandir mercados para os seus bens e serviços. O acesso a mercados maiores fortalece a competitividade das empresas multinacionais pelas economias de escala, efeitos da especialização e de aprendizado e pelo fornecimento de uma maior base financeira para reinvestimentos e desenvolvimento tecnológico. O investimento no exterior também fortalece os efeitos da exportação, gerando divisas de moedas fortes a partir de um saldo positivo na balança comercial. Todos estes são falas comumente ditas por quem defende o modelo de proteção das multinacionais. E não é por acaso: segundo o UNCTAD, as Multinacionais respondiam por cerca de 75% do comércio mundial no ano de 2005 e o percentual de participação das Multinacionais oriundas de países em desenvolvimento atingiu cerca de 17% de todo o volume de Investimento Exterior Direto (IED) naquele ano (MIRZA&MIROUZ, 2007). Ou seja: os investimentos estrangeiros diretos realizados majoritariamente em países em desenvolvimento, pelas multinacionais de também países em desenvolvimento, era uma das maiores fontes de ingresso de recursos externos nestes países; tal fato é imprescindível para a compreensão da influência externa destes países.

No entanto, promover esse modelo também significa responder a alguns temores locais, que contestam esta visão. Ao contrário do que possa parecer, a possibilidade de fortalecimento da empresa com a internacionalização pode levar a um crescimento do número de empregos também na economia de origem, o que certamente poderia deixar de acontecer caso uma empresa não internacionalizada e enfraquecida pela concorrência internacional com outras nacionais viesse a fechar suas portas; em segundo lugar, em uma economia globalizada, a competitividade das empresas nacionais em mercados estrangeiros torna-se crescentemente importante para o desempenho do país como um todo. “A internacionalização, então, deve ser vista como um meio essencial para o aumento da competitividade internacional das empresas, promovendo o desenvolvimento dos países e facilitando a) o acesso a recursos e mercados; b) a reestruturação econômica” (ALEM & CAVALCANTI, 2005)

No caso brasileiro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é o principal agente de fomento do Estado para proteção e internacionalização de suas empresas. O Banco atua fornecendo empréstimos em condições e prazos especiais para as empresas brasileiras, bem como através de participação acionárias que têm alavancado as empresas nacionais e possibilitando maior ação no mercado. O BNDESPAR é o braço acionário do banco e, dentre as operações realizadas, destacam-se as de aquisição de grandes concorrentes internacionais ou de ampliação das atividades das empresas no Brasil ou no exterior. Neste caso, a participação acionária do Banco é mais uma forma de garantir o retorno sobre o capital investido do banco. É expressivo o número de grandes empresas nacionais que possuem o BNDES como acionista e essa tem se mostrado uma estratégia extremamente importante para as principais empresas brasileiras. No primeiro semestre de 2014, o BNDES registrou lucro líquido de R\$ 5,471 bilhões – o maior resultado já apresentado para o período e 67,8% maior em relação ao ano anterior –, em grande medida devido ao bom desempenho do BNDESPAR, que sozinho registrou lucro de R\$2,148 bilhões, superando em 236,4% o valor do primeiro semestre do ano anterior⁶. O principal impacto positivo veio do crescimento de 108,2% do resultado com participações societárias.

Por isso, mostra-se extremamente concertada com a estratégia de inserção a inauguração da primeira representação do BNDES fora do país, em Montevideu, em agosto de 2009. Segundo a notícia no sítio eletrônico do BNDES, o escritório foi criado com o objetivo do Banco atuar de apoiar as operações do Banco na América Latina e em particular junto aos sócios do Mercosul.⁷ Segundo a referida notícia, de 1997 a 2009 o Banco liberou US\$ 4,8 bilhões em créditos para exportação de bens e serviços na América Latina, sendo metade dos recursos destinados a projetos

⁶ Notícia intitulada “BNDES lucra R\$5,47 bi no semestre e obtém melhor resultado da história do banco”; veiculada no sítio eletrônico do BNDES, na data de 22/08/2014 e acessada em 29/08/2014.

⁷ Notícia intitulada “BNDES inaugura escritório em Montevideu e reforça internacionalização” veiculada em 27/08/2009 e acessada em 29/08/2014 no sítio eletrônico www.bndes.gov.br

nos países do Mercosul; ademais, apenas no primeiro semestre de 2009, os desembolsos do Banco para os países do bloco comercial atingiram US\$ 378 milhões – sendo 97% dos recursos para projetos de infraestrutura, área que conta com incisivas atuações de empreiteiras brasileiras.

Ao final do ano de 2013, o BNDES inaugurou um escritório de representação em Joanesburgo, na África do Sul. O objetivo é semelhante ao caso anterior para a América Latina: “ampliar seu relacionamento com as instituições regionais e locais, bem como aprofundar os conhecimentos sobre o ambiente empresarial africano”⁸. A representação tem o objetivo de prestar informações sobre as modalidades de financiamento às exportações de bens e serviços brasileiros e sobre os instrumentos de apoio à internacionalização de empresas brasileiras que buscam oportunidades de negócio na África. No ano anterior, o BNDES já havia definido que os assuntos referentes ao continente africano passariam a ser de competência de uma diretoria específica. De 2007 até 2013, o BNDES já havia desembolsado cerca de US\$ 2,9 bilhões para operações em países da África – nos principais parceiros como Angola, Moçambique, Gana, África do Sul e Guiné Equatorial –, sendo financiado pelo Banco apenas a parcela de investimentos referentes às exportações de bens e serviços brasileiros. Soma-se a isso a criação de um grupo técnico interministerial de estudos estratégicos em comércio exterior, no âmbito da casa civil – o GETEX África – para orientar a atuação do Brasil no continente africano⁹, com liberação de ampla linha de crédito para aquele continente, como uma recente de cerca de US\$ 1 bilhão para Angola (SARAIVA, 2012. p. 55).

Atualmente, por exemplo, o Brasil mantém 706 iniciativas de cooperação com a África sendo o principal beneficiário dessa cooperação Moçambique, que conta com 127 projetos, seguido de Cabo Verde, com 71 e Angola, com 58. Ao todo, os projetos atendem 43 países africanos em mais de vinte diferentes áreas, desde saúde e economia, a agricultura e segurança alimentar. Em paralelo, o intercâmbio comercial entre as duas margens do atlântico cresceu de US\$ 4,9 bilhões em 2002 para US\$ 26,5 bilhões em 2012 (SARAIVA, 2012. p.104). Parece fácil perceber que a cooperação sul-sul tem sido instrumentalizada como uma importante ferramenta para estreitamento de relações bilaterais, ampliação do poder político, econômico e comercial. Não tão simples, porém, é demonstrar a relação desses laços econômico-comerciais estabelecidos em sequência aos primeiros passos cimentados pela relação entre os países do sul. E uma razão principal destaca-se para tal: a iniciativa das ações dá-se pelos Estados, o que é mais fácil de perceber e rastrear, porém o desenvolvimento das relações econômicas-comerciais dá-se, em maior grau, numa dinâmica estabelecida mormente pelo capital, ainda em consonância com o Estado porém este mais afastado,

⁸ Notícia intitulada “BNDES inaugura escritório de representação na África” veiculada em 06/12/2013 e acessada em 29/08/2014 no sítio eletrônico www.bndes.gov.br

⁹ Notícia publica em 18 de agosto de 2013 no sítio www.brazilafrika.com.br e acessada em 11/12/2013 no referido portal.

tornando particularmente difícil de rastrear. Essa segunda etapa deixa de pertencer ao conceito de cooperação sul-sul, no entanto é pedra angular do objetivo-fim que compartilha com a cooperação técnica internacional: a internacionalização do modelo econômico e produtivo do país emergente e a ampliação de influência.

Em publicação de 2010, o periódico *The Economist*, em matéria intitulada “Fale docilmente e tenha um cheque em branco”¹⁰ salientava o esforço do *softpower* brasileiro estimando que naquele ano o Brasil havia feito esforços em montantes semelhantes a tradicionais países doadores (quadro 1), na ordem de US\$ 4,5 bilhões.

Quadro 1. Compilação da *The Economist* para esforços do Brasil em matéria de cooperação¹¹

Compromissos de Ajuda Externa do Brasil no ano de 2010	
Agência Brasileira de Cooperação	US\$ 30 milhões
Outras cooperações técnicas	US\$ 440 milhões
Ajuda Humanitária	US\$ 30 milhões
Ao PNUD	US\$ 25 milhões
Ao Programa Mundial de Alimentos	US\$ 300 milhões
Para Gaza	US\$ 10 milhões
Para Haiti	US\$ 350 milhões
TOTAL DA AJUDA DIRETA	US\$ 1,2 bilhões
Empréstimos do BNDES para países em desenvolvimento de 2008 a 1º semestre de 2010	US\$ 3,3 bilhões
Dos quais eram novos empréstimos em 2010	US\$ 1,5 bilhões.

O auxílio do Estado a estas empresas reforça as relações orgânicas existentes entre o Estado e o Capital, entre a simbiose e o parasitismo rumo a uma prática predatória em outras regiões; a complicada e pouco transparente relação do BNDES com as empresas escolhidas para vencer no capitalismo brasileiro fomentam a argumentação do “capitalismo de laços” (LAZZARINI, 2010) no cenário nacional, qual seja: a relação clientelística entre os agentes públicos e o capital privado. A despeito das críticas com relação à seletividade do financiamento a determinadas empresas – tendo em mente o custo de oportunidade do capital empregado nelas e não em outros projetos supostamente tecnicamente mais interessantes –, cabe ressaltar o êxito desse modelo. É oportuno trazer o exemplo de um dos projetos do governo brasileiro que visa criar um complexo industrial regional de defesa a fim de relacionar a argumentação a situações fáticas e, sobretudo, ilustrar o

¹⁰ Matéria publicada na *The Economist* em 19/12/2010 e intitulada *Speak Softly and carry a blank cheque*

¹¹ Tradução livre do Quadro “*New Kid on the block*” presente na matéria citada na nota anterior.

argumento sustentado neste artigo: o pioneirismo da participação do Estado, em um primeiro momento por meio da cooperação e em seguida via financiamento pelo seu banco de fomento para o capital privado nacional e estrangeiro.

O programa de produção de aeronave de treinamento sul-americana, fruto de uma iniciativa de cooperação militar entre Brasil, Argentina, Venezuela e Equador, começou a dar os primeiros resultados. A iniciativa visa desenvolver, em conjunto, a primeira aeronave de defesa da União Sul-Americana de Nações (Unasul) e faz parte do objetivo do Ministério da Defesa de criar um complexo industrial militar em nível regional. O objetivo é claro: fomentar um mercado consumidor para exportação de produtos e serviços relacionados à indústria militar. Em matéria publicada no dia 16 de junho no portal do Ministério da Defesa, ressalta-se que a aeronave será utilizada pelos militares sul-americanos para treinamento primário básico e que os representantes dos quatro países envolvidos no consórcio estão na fase de estruturar o financiamento, que às empresas brasileiras deverá ser por meio do BNDES.

De acordo com o Coronel Hilton Grossi, gerente do Departamento de Produtos de Defesa (Deprod) do Ministério da Defesa, o Brasil deverá colaborar com cerca de 62% dos subsistemas. A fase de desenvolvimento do projeto terá um custo aproximado de US\$ 60 milhões. Com isso, pelo menos US\$ 36 milhões serão destinadas às empresas brasileiras credenciadas como estratégicas junto ao Ministério da Defesa por desenvolverem tecnologias indispensáveis à Nação (Novaer, Akaer, Flight Technologies e Avionics). As empresas argentinas deverão participar com 28%, e as equatorianas e venezuelanas com 5% cada. Outro fato interessante é que apesar do projeto ainda estar em fase de desenvolvimento, ele já conta com uma demanda inicial de 92 aeronaves, sendo que 50 deverão ser adquiridas pela Argentina, 24 pela Venezuela e 18 para o Equador. A Força Aérea Brasileira (FAB) não visa adquirir nenhuma inicialmente, embora o Brasil participe majoritariamente do financiamento. O oficial ressalta: “nosso grande objetivo é fortalecer a nossa capacidade produtiva e fomentar as indústrias nacionais estratégicas de defesa. Quanto mais tecnologia um país tem, mais autônomo ele fica”. No caso em tela, o objetivo é confesso e claro, sem os usuais floreamentos e eufemismos dados pela chancelaria em seus temas. A montagem do Avião será feito por etapas, sendo que as empresas brasileiras ficarão responsáveis pelas asas, trem de pouso e painel de equipamentos; e as empresas argentinas com as portas, hélices, montagem de motor e assentos ejetáveis.¹²

Este é apenas um dos vários exemplos em que pode ser mencionado da utilização conjunta das estratégias de inserção. O apoio às empresas nacionais em obras de infraestrutura no exterior (seja na África ou América Latina); programa de cooperação contra transmissão do HIV que

¹² Matéria intitulada “Brasil contribui com programa de produção de aeronave de treinamento sul-americana”, publicada em 16/06/2014 no sítio eletrônico do ministério da defesa www.defesa.gov.br e acessada em 28/08/2014.

resultou na construção de um laboratório de medicamentos antirretrovirais pela Fiocruz com financiamento conjunto por parte da Vale – em que pese a celebração de contrato para exploração por parte da Vale de uma das maiores minas de minério de ferro do continente africano no ano seguinte. Estratégias claramente altruístas, como ajuda internacional humanitária ou mesmo o perdão de dívidas, destarte aparente despreensão, não devem ser vistas isoladamente. Tudo faz parte de uma estratégia comum, por meio da qual o Estado lança mão de todas as ferramentas possíveis; algumas vezes, intencionalmente; outras, meramente por condição do acaso e desenrolar da conjuntura criada.

5. CONCLUSÃO

O Estado brasileiro tem buscado criar sua associação junto ao capital de forma similar à realizada pelas potências centrais de outrora e definidas como essenciais por Arrigui como elemento cerne de um ciclo sistêmico de acumulação. O Estado logístico encaixa-se perfeitamente nas análises dos teóricos de sistema-mundo sobre o modelo de inserção dos países intermediários no sistema internacional contemporâneo. Em que medida o Brasil será exitoso em implementá-lo a ponto de fomentar relações fortes o suficiente com o capital com o intuito de ter uma participação maior num futuro ciclo sistêmico ainda é uma questão bastante precipitada para ser respondida. No entanto, os elementos que dão ensejo a uma interpretação nesse sentido começam a surgir; sua germinação da fase embrionária para um processo mais maduro se dará num futuro de médio prazo.

O objetivo do presente trabalho não foi desqualificar os esforços de caráter solidário e altruísta que o Brasil vem fazendo no âmbito da cooperação sul-sul para se aproximar da África ou América Latina. Longe disso! Há nítida consciência da relevância do *softpower* para a diplomacia brasileira e de que o Brasil tem uma postura assertiva em contribuir para os países de menor desenvolvimento relativo – especialmente nas regiões definidas em sua política externa como suas áreas de projeção: América Latina e África. A ideia desenvolvida foi tentar mostrar como essas iniciativas estão alocadas dentro dos modelos de inserção de países intermediários, do paradigma de desenvolvimento econômico em curso no Brasil, bem como quais possíveis objetivos que se somam aos altruístas, solidários e humanistas.

As ações de projeção econômica-comercial que caminham na esteira da cooperação sul-sul salientam o interesse brasileiro em projetar-se internacionalmente através de um ganho de excedente de poder. Os exemplos de ações tomadas pelo Brasil elencadas neste trabalho expõe a disposição de utilizar todos os instrumentos disponíveis para fomentar uma expansão não apenas do Estado brasileiro, mas também de suas empresas e de seu modo de produção, consubstanciando nas relações orgânicas que têm sido estabelecidas na esteira do Estado logístico: a simbiose entre o capital e o Estado e o parasitismo/dependência do primeiro com relação ao segundo. Contudo, com

a falta de recursos do Itamaraty para atingir as metas definidas pelo próprio governo, o setor privado tem assumido o comando das relações com os países latino-americanos e africanos, em especial os últimos. Desde então, a ponte da solidariedade erguida pelo Estado passou a ser atravessada em grande parte pelo interesse das multinacionais, o que, em alguma medida, expõe os contrastes do modelo e contraria a estratégia de aproximação.

Do ponto de vista econômico, a América Latina e a África se fizeram mais funcionais ao movimento brasileiro de busca de aproveitamento de brechas estruturais no financiamento internacional de projetos de desenvolvimento ao Sul. No entanto, as dualidades típicas de um país intermediário têm atingido o Brasil e são capazes de atrapalhar o país em seu objetivo de projeção. A dificuldade em transpor o binômio limitação regional / ator global é um exemplo. O País deve evitar, sempre que possível, deixar transparecer o padrão de cooperação que não o vinculado aos apresentados pela cooperação sul-sul. A acentuação de problemas sociais em outros países – como são exemplos o processo de transnacionalização do agrobusiness brasileiro para o Paraguai e os indícios de problemas de expulsão de moradores e grilagem de terras no Moçambique –, são fontes de instabilidade que arrefecem os efeitos de uma projeção amplamente assentada no *softpower*, no poder econômico-comercial e político e, sobretudo, no poder ideológico; elementos considerados pedra angular do discurso de líder dos países em desenvolvimento.

Esse efeito é diametralmente oposto ao que a retórica de cooperação e internacionalização do Brasil defende. O Brasil alega ser um país diferente, que promove o desenvolvimento do Sul para o Sul, em alicerces menos desiguais, mais democráticos. Logo, é salutar que o Estado esteja mesmo a frente desse processo de inserção realizado em parceria com o capital, pois quando esse último tem maior autonomia para guiar o processo tende a estabelecer relações que se contrapõem ao que é pregado pelo País, fomentando um padrão de relação contraproducente. Essa relação seria contraproducente em razão de assemelhar o Brasil ao comportamento de potências centrais e, ao fazê-lo, elimina a maior vantagem comparativa – ao menos retórica – do Brasil. Eliminando isso, o que distinguiria o Brasil dos demais? Refazendo a pergunta: o que faria com que fosse escolhido em detrimento das potências centrais ou mesmo de outras potências emergentes como a China?

A estratégia chinesa para a África é explícita: a) exportação do modelo Chinês de tratamento dos temas da agenda internacional, apresentando-se como uma representante natural dos países em desenvolvimento; b) exportação de bens industriais, armas e importação de produtos primários; c) exploração de todas as fontes possíveis e necessárias de recursos minerais, estratégicos e de energia que garanta a sustentabilidade do crescimento chinês. E o modelo tático para a consecução dos objetivos é múltiplo: varia entre empréstimos, investimentos, doações à cooperação técnica e tecnológica, além do exercício de cooptação política das elites africanas – em que pese o descompromisso político do regime chinês com a democracia como forma até de

aproximar-se a governos menos propensos à democracia e mais corruptos. A China vem investindo maciçamente no investimento africano e busca assegurar aquele continente também como área de sua projeção, com linhas de financiamento num total de US\$ 1 trilhão para o próximo ano¹³. A despeito das volumosas linhas de financiamento e do investimento brasileiro para a África, não chegará nem perto da voracidade da política externa chinesa para aquele continente. Não obstante, não são projetos que se sobrepõe, a demanda de investimentos na África é incrivelmente alta para restringir-se a uma nação. Porém, é nesse contexto em que o Brasil deve preservar e valorizar as vantagens comparativas que o distinguem de outras formas de cooperação mais notadamente de caráter hierárquico.

Dada a capacidade produtiva das empresas nacionais, enfrentar a competitividade das empresas do centro minimiza as possibilidades de êxito e dificulta a internacionalização do modelo produtivo/financeiro. O capital, para aferir maior retorno em sua internacionalização, deve continuar atuando em estreita concertação com a ação estatal, evitando inclusive, sempre que possível, fomentar disparidades internas que gerem embaraços diplomáticos, o que atinge diretamente a estratégia de inserção internacional que justamente ampara o ingresso dessas empresas nacionais em solo estrangeiro.

O fato objetivo é de que a retomada da política de inserção internacional do Brasil no início do novo século se realizou em novas bases. Possui, em primeiro lugar, uma estratégia concertada dos interesses nacionais e seus protagonistas, particularmente dos empresários da expansão do capitalismo brasileiro e dos agentes da diplomacia. Caso essa aliança seja mantida nesses termos, a possibilidade de êxito é maior, como é o que tem acontecido. E aqui leia-se êxito para o Brasil e para os países com os quais a cooperação é estabelecida. Se pela primeira vez na história o continente africano, por exemplo, recebe mais investimento do que ajuda – e tem apresentado resultados positivos –, o modelo que deve dirigir a relação da África com o mundo deve ser crescentemente o modelo do investimento, em que pese o contínuo esforço de minimização das desigualdades sociais e fortalecimento institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC (Agência Brasileira de Cooperação) 2010. A cooperação técnica do Brasil para a África. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, Ministério de Relações Exteriores.

ABC (Agência Brasileira de Cooperação) 2013. *Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul*. 1º edição. Brasília, 2013.

¹³ Notícia divulgada pelo portal www.brazilafrika.com.br na data de 19/11/2013, acessado às 17:27 do dia 11/12/13.

ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: Algumas Reflexões *in Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, V. 12, N. 24 P. 43-76, DEZ 2005.

ALONSO, M.M e FERNANDES, A.P. – AbCD: Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento, Lisboa, Colprinter, 2005.

ARRIGHI, Giovanni & ZANG, Lu. Beyond the Washington Consensus: A new Bandung? In *Globalization and beyond : new examinations of global power*. [edited by] Jon Shefner and Patricia Fernandez-Kelly. Pennsylvania State University Press. Pennsylvania, 2011.

ARRIGUI, Giovanni. *O Longo Século XX: Dinheiro e Poder nas Origens do Nosso Tempo*. UNESP: São Paulo, 1996.

BERTONHA, João Fabio. Brazil: An emerging military power? The problem of the use of force in Brazilian international relations in the 21st century. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 53 (2): 107-124 [2010]

BRASIL. Ministério da Defesa do Brasil. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, 2008. Disponível em www.defesa.gov.br

BRASIL. Ministério da Defesa do Brasil. *II Política Nacional de Defesa*. Brasília, 2006. Disponível em www.defesa.gov.br

BRASIL. Ministério da Defesa do Brasil. *III Política Nacional de Defesa*. Brasília, 2012. Disponível em www.defesa.gov.br

BRASIL. Ministério da Defesa do Brasil. *Livro Branco da Defesa Nacional*. Brasília, 2012. Disponível em www.defesa.gov.br

BUGIATO, Caio Martins; BERRINGER, Tatiana. Um debate sobre o Estado logístico, subimperialismo e imperialismo brasileiro. *Rev. Dig.*, Florianópolis, n. 7, p. 28-44, jan-jul, 2012.

BUZAN, Barry & LITTLE, Richard. 2000. *International System in World History. Remaking the Study of International Relations*. Oxford: Oxford University Press. (*)

CARLSSON, J. *South-South Relations in a Changing World Order*. Scandinavian Institute of African Studies: Upsala, 1982.

CEPALUNI, Gabriel; VIGEVANI, Tullo. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. *Contexto Internacional*, v. 29, n. 2, jul/dez. p. 273-335, 2007.

CERVO, Amado L. Política Exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 46 n. 2 p. 5-25, 2003

CERVO, Amado L. Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45 (1): 5-35, 2002.

CERVO, Amado L. Socializando o Desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil in *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 37 (1), 1994.

CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. – 3º ed. 2º reimpressão – Brasília: Editora da UnB, 2010.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

- CHICHAVA, S., Duran, J., Cabral, L., Shankland, A., Buckley, L., Lixia, T. and Yue, Z. (2013). Brazil and China in Mozambican Agriculture: Emerging Insights from the Field. *IDS Bulletin*, 44.4.
- COX, Robert W. "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory", *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 10, no. 2, p. 127-155, 1981. (*)
- COX, Robert. "Production, Power and World Order. Social Forces in The Making of History" New York: Columbia University Press, 1987.
- DEGNBOL-MARTINUSSEN, J. e EGBERG-PEDERSEN, P. – *Aid: Understanding International Development Cooperation*, New York, Zed Books, 2004.
- DUPAS, Gilberto. O Mito do Progresso in *Novos Estudos*, nº 77. p.73-79 CEBRAP. São Paulo, 2007.
- FERRANDO, Tomaso. Dr Brasilia and Mr Nacala: Apparent Duality of the Brazilian State-Capital Nexus. Draft Version.
- FERRANDO, Tomaso. Land Grabbing under the cover of law: Are BRICS-South Relationships Any Different? In Nicola Bullard and David Fig (eds), *The Economic Rise of the South: A Critical Movement Reader*, Transnational Institute, forthcoming 2013.
- FIELDEN, M. B., "The geopolitics of aid: The provision and termination of aid to Afghan refugees in North West Frontier Province, Pakistan." In *Political Geography*, 17(4) 1998, p. 475, 467.
- FLYNN, Matthew. Between Subimperialism and Globalization: a Case Study in the Internationalization of Brazilian Capital. *Latin American Perspectives*, 2007. p. 34; 9.
- FONSECA JR., G. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- FREITAS, Raquel & MAH, Luís. The Marketplace of Aid in Sub-Saharan Africa: Choice in Critical Transitions. *Cahiers du Centre Emile Durkheim Working Papers*. [15] Février 2014.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HOBBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914 - 1991)*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2008
- HOSONO, Akio. South-South/Triangular Cooperation and Capacity Development, in Hiroshi Kato (eds), *Scaling Up South-South and Triangular Cooperation*, Japanese International Cooperation Agency (JICA), Tokyo, Japan (2012).
- HURREW, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? *International Affairs* 82, I p. 1-19, 2006.
- IGLESIAS PUENTE, Carlos Alfonso. A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período de 1995-2005/ LIII Curso de Altos Estudos. Carlos Alfonso Iglesias Puente. – Brasília: FUNAG, 2010.
- IKENBERRY, G. J. *Liberal Leviathan: The origins, Crisis, and Transformation of the American World Order*. Princeton University Press: Princeton, NJ, 2011.
- IPEA. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009 e 2010*. Brasília: dezembro de 2010 e agosto de 2013.

JANIS van der Westhuizen (2013). Class Compromise as Middle Power Activism? Comparing Brazil and South Africa. *Government and Opposition*, 48, pp 80-100 doi:10.1017/gov.2012.6

KEOHANE, Robert O. "After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy", Princeton University Press, 1984.

KORZENIEWICZ, Roberto P. Trends in World Income Inequality and the 'Emerging Middle'. In *European Journal of Development Research* advance online publication, 23 February 2012 doi:10.1057/ejdr.2012.2.

LANCASTER, Carol. *Foreign Aid: diplomacy, development, domestic politics*. University of Chicago Press. Chicago, 2007.

LAPEGNA, Pablo. Ethnographers of the Wworld...united? Current debates on the ethnographic study of "globalization". *American Sociological Association*, Volume XV, Number 1, Pages 3-24. 2009.

LESSA, Antônio; Oliveira, Henrique Altemani de. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas, v.1*. São Paulo: Saraiva, 2006.

LESSA, Antônio; Oliveira, Henrique Altemani de. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas, v.2*. São Paulo: Saraiva, 2006.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48 (1), p. 24-59, 2005.

MALAMUD, Andrés. A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of Brazilian foreign policy. *Latin American Politics and Society*, v. 53, n. 3, p. 1-24, 2011.

MALAMUD, Andrés; RODRIGUEZ, Júlio C. Com um pé na região e outro no mundo: o dualismo crescente da política externa brasileira. *Estudos Internacionais*. v. 1 n. 2 jul-dez p. 167-183, 2013.

MANN, Michael. *The Sources of Social Power: v. 4, Globalizations, 1945-2011*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012.

Mc MICHAEL, Philip. World-System Analysis, Globalization and Incorporated Comparison. In *Journal of World-Systems Research*, VI, 3 Fall/Winter 2000, 68-99.

MIGDAL, Joel S. Internal Structure and External Behaviour: Explaining Foreign Policies of Third World States. *International Relations 1972*; 4; 510.

MILANI, Carlos R. S. APRENDENDO COM A HISTÓRIA: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, Maio/Ago. 2012.

MRE (Ministério de Relações Exteriores do Brasil). 2013. Cooperação Técnica em Agricultura. Website of the Ministry of External Relations of Brazil, disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/cooperacao-tecnica-en/agricultura> [last access April 2014].

MRE. Balanço de Política Externa 2003/2010. Ministério das Relações Exteriores, disponível em www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010

NOGUEIRA, Isabela & OLLINAHO, Ossi. From Rhetoric to Practice in South-South Development Cooperation: A case study of Brazilian interventions in the Nacala Corridor Development Program. Working Paper. Institute of Socioeconomics. University of Geneva, 2013.

- NYE JR. Joseph S. *Soft Power: The Means to Success in the World Politics*. 1º ed. New York: Public Affairs, 2004.
- PAGLIARI, Graciela De C. O Brasil e a segurança na América do Sul. Curitiba: Ed. Juruá, 2009. Cap. 5: O Brasil e a Segurança na América do Sul.
- PALMER, G. Et al.. – “Give or Take: Foreign Aid and Foreign Policy Substitutability” in *Journal of Peace Research*, vol. 39, (1), Oslo, 2002.
- PANASEVIC, Anastasia. Five Approaches to Development Cooperation: An Analysis of the Lithuanian Case. The shortened version of author master ‘s tesis that was defended at the Institute of International Relations and Political Science in 2013. Vilnius University, 2013.(*)
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 51 (2): 136-153, 2008.
- PINHEIRO, L. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea”, in *Contexto Internacional*, IRI, PUC, vol. 22, - Rio de Janeiro, 2000.
- RIDDELL, R. *Aid in the 21st Century*, New York, UNDP, 1996.
- RODRIGUES, Diego de Freitas. Cooperação Horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53(1): 45-66, 2010.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. 6ª edição. Ed Record. Rio de Janeiro, 2000. (*)
- SARAIVA, José Flavio Sombra (org). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2º edição. São Paulo: Saraiva, 2007.
- SARAIVA, José Flavio Sombra (org). *Relações Internacionais: dois séculos de história*. Brasília: IBRI, 2001.
- SARAIVA, José Flavio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte, MG: Ed. Fino Traço, 2012.
- SARAIVA, José Flavio Sombra. Política Exterior do Governo Lula: O Desafio Africano. *Revista Brasileira de política Internacional*, vol. 45 (2), 2002.
- SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 50 (2): 42 - 59, 2007.
- SASSEN, Saskia, When Territory Deborders Territoriality, 1 TERRIT. POLIT. GOV. 21-45 (2013).
- SASSEN, Saskia. 2008. *Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages*. Princeton University Press: Princeton, NJ. (*)
- SASSEN, Saskia. *Land Grabs Today: Feeding the Disassembling of National Territory*, 10 GLOBALIZATIONS 25-46 (2013).
- SCHLESINGER, Sergio. *Cooperação e Investimentos do Brasil na África: o Caso do ProSavana em Moçambique*. Maputo: Fase Solidariedade e Educação, 2013. Disponível em: http://issuu.com/ongfase/docs/caderno_prosavana_fase#
- SILVA, Alex Giacomelli da. Poder Inteligente – A questão do HIV/AIDS na Política Externa Brasileira. *Contexto Internacional*, vol. 27 (1): 127-158, 2005.

STOKKE, O. *International Development Assistance: The UN Contribution*, Norwegian Institute of International Affairs, Oslo, 2001.

STRASBERG, Paul J. & KLOECK-JENSON, Scott. Challenging conventional wisdom: smallholder perceptions and experience of land access and tenure security in the cotton belt of northern Mozambique. Working Paper n° 48. Mozambique Series. Land Tenure Center. University of Wisconsin-Madison. April, 2002.

VAN APELDOORN, Bastian. & GRAFF, Naná de & OVERBEEK, Henk. The Reconfiguring of the Global State-Capital Nexus, *9 Globalizations* 471-486 (2012)

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política Externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social – USP*. Novembro 2003.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; SILVA, André Luiz Reis da. Brazil and the Economic, Political and Environmental Multilateralism: the Lula years (2003 - 2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53 (special edition): 54-72, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

LAZZARINI, Sergio. *O Capitalismo de Laços*. Ed. Elsevier. São Paulo, 2010.

MIRZA, Hafiz; MIROUX, Anne. Meeting of Experts on “FDI, Technology and Competitiveness” A conference convened in honour of Sanjaya Lall. UNCTAD, 8-9 March Palais des Nations. Geneva, 2007.